

CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 645 DE 2025

AFIXADO NO QUADRO DE PUBLICAÇÕES
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉNIMG
10 / 10 / 2025
ASS:

Dispõe sobre a criação da Política Municipal do Turismo, do Conselho Municipal do Turismo – COMTUR e do Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR no município de Passabém e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Passabém, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Luciano de Sá Madureira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DO TURISMO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Turismo e define as atribuições da Administração Pública Municipal quanto ao planejamento, desenvolvimento, fomento e estímulo ao setor turístico, em conformidade com a Lei Federal nº 14.978, de 18 de setembro de 2024, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Compete ao município de Passabém instituir e implementar a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbitos municipal, regional, nacional e internacional.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I. turismo: atividade econômica caracterizada pelo deslocamento de pessoas para destinos distintos de sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros fins, abrangendo uma ampla gama de serviços e atividades, incluindo hospedagem, transporte, atrações turísticas e experiências culturais;
 - II. turistas: indivíduos que se deslocam de sua residência habitual em busca de experiências e sensações, consumindo produtos e serviços turísticos, permanecendo no destino visitado por, no mínimo, vinte e quatro horas, com finalidades como lazer, negócios, visita a familiares, participação em eventos, entre outras;



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- III. excursionistas: indivíduos que se deslocam para localidade distinta de sua residência habitual, com as mesmas finalidades atribuídas aos turistas, mas cuja permanência é inferior a vinte e quatro horas, não havendo pernoite;
- IV. região turística: território formado por um conjunto de municípios turísticos ou de interesse turístico, com afinidades e complementaridades culturais e/ou naturais, que possibilitam o planejamento e a organização integrados, bem como a oferta de produtos turísticos mais competitivos nos diferentes mercados, fortalecendo, especialmente, a gestão e a promoção;
- V. demanda turística: total de pessoas que viajam ou desejam viajar, utilizando instalações e/ou serviços turísticos em locais distintos de sua residência e trabalho;
- VI. oferta turística: conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços, incluindo hospedagem, alimentação, recreação, lazer, aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos, capazes de atrair visitantes por determinado período de tempo;
- VII. **atrativos turísticos**: locais, objetos, equipamentos, manifestações, eventos, fenômenos, pessoas ou elementos de interesse turístico, capazes de motivar o deslocamento de visitantes para conhecê-los; e,
- VIII. produtos turísticos: combinação de atrativos, infraestrutura, serviços urbanos, equipamentos e serviços turísticos, organizada e ofertada ao mercado por determinado valor, com características e imagem diferenciadas.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º A Política Municipal de Turismo abrange todas as iniciativas voltadas ao fomento da atividade turística, sejam elas de origem do setor público, resultantes de parcerias entre os setores público e privado, ou provenientes do setor privado com



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

apoio dos entes públicos municipais.

Parágrafo único. A Política Municipal de Turismo observará os princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização, da inclusão produtiva e do desenvolvimento econômico e social justo e sustentável, bem como o compromisso com a preservação do meio ambiente e com a promoção da acessibilidade.

Art. 4º A Política Municipal de Turismo será regida por um conjunto de leis e normas voltadas ao planejamento e ao ordenamento do setor, bem como por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Municipal de Turismo.

Art. 5º A Política Municipal de Turismo do município de Passabém tem como objetivos:

I. articular, apoiar e estabelecer parcerias, convênios e demais instrumentos de cooperação com órgãos e entidades sem fins lucrativos, com a iniciativa privada e com instituições promotoras ou financiadoras de programas turísticos, atuantes na cadeia produtiva do turismo;

II. assegurar a igualdade de acesso, para residentes e visitantes, às áreas públicas de recreação;

III. garantir que o interesse turístico do município seja plenamente considerado pela Administração Municipal em suas deliberações;

IV atender às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, bem como às políticas públicas do Ministério do Turismo e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais;

V. incorporar, em programas, projetos e ações, preceitos de sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional para o desenvolvimento da atividade turística;

VI. cumprir os critérios previstos na legislação vigente, ou em normas que vierem a substitui-la, que tratam da distribuição da parcela de ICMS pertencente aos municípios pelo critério turismo;

VII. promover, junto aos residentes e servidores públicos municipais, o entendimento da importância do turismo para a economia local;

VIII. estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços pelos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;

IX. estimular o turismo de base comunitária, mediante a participação e o envolvimento das comunidades e populações tradicionais no desenvolvimento sustentável da atividade turística, visando à melhoria da qualidade de vida e à preservação de sua identidade cultural;

X. incentivar, promover e valorizar a cultura e o turismo, por meio do desenvolvimento e da gestão de projetos, programas e ações que possibilitem a democratização e a universalização do acesso aos bens e serviços culturais e turísticos;

XI. fomentar a atividade turística de forma a despertar nos visitantes o



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

respeito e a compreensão pelos valores, costumes, tradições e crenças da população local;

XII. implementar ações estruturantes do turismo regional, em consonância com as diretrizes da Instância de Governança Regional do Turismo, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e do Ministério do Turismo, observando as normas e legislações vigentes;

XIII. monitorar os impactos da atividade turística no município;

XIV. oferecer a munícipes e visitantes oportunidades para conhecer o artesanato, a gastronomia e a produção associada ao turismo, incentivando o comércio da produção local;

XV. ordenar e regular as atividades turísticas no município;

XVI. prevenir e combater atividades turísticas relacionadas a abusos de natureza moral, sexual, religiosa, racial e outras que atentem contra a dignidade humana, respeitadas as competências dos órgãos governamentais envolvidos;

XVII. promover a educação patrimonial nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, com vistas a transmitir aos estudantes a compreensão do processo histórico local, a valorização, a preservação e a restauração do patrimônio cultural, natural, histórico e artístico do município;

XVIII. promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico;

XIX. fomentar os interesses econômicos do município, estimulando a realização de festivais, feiras e exposições de produtos associados ao turismo local;

XX. incentivar a prática do turismo sustentável em áreas naturais, promovendo a atividade como instrumento de educação e interpretação ambiental, e estimulando condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; e

XXI. valorizar a economia criativa, por meio da produção associada ao turismo, com destaque para a produção e a comercialização de produtos artesanais e gastronômicos.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO

Art. 6º A Administração Pública Municipal será responsável pela implementação da Política Municipal de Turismo.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Cultura coordenar, planejar, fomentar e desenvolver a atividade turística, bem como promover e divulgar o turismo no município, em articulação com o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO fullu



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º O Sistema Municipal de Turismo – SIMTUR constitui-se em instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística, visando à instituição de um processo de gestão compartilhada com diversos setores da sociedade civil.

Art. 8º O SIMTUR será regido por um conjunto de normas e diretrizes que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações destinados ao planejamento, à organização e ao ordenamento do setor turístico.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 9º Integram o Sistema Municipal de Turismo - SIMTUR:

- I. órgão executivo: Secretaria Municipal de Cultura;
- II. órgão consultivo e deliberativo: Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; e,
- III. I. Fundo Municipal de Turismo FUMTUR.

§1º A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão superior do SIMTUR, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, e exerce a função de coordenação do Sistema Municipal de Turismo, contando com o apoio dos demais órgãos que o integram.
§2º O SIMTUR manterá articulação com os demais sistemas municipais e políticas setoriais, especialmente nas áreas de cultura, educação, esporte, meio ambiente, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, saúde, direitos humanos e segurança, conforme dispuser a regulamentação.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 10 O Sistema Municipal de Turismo terá como objetivos:

I.consolidar um modelo de gestão da atividade turística no âmbito municipal, pautado na ampla participação social, na transparência e na continuidade das ações;

II. cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Turismo;

III. promover a integração dos diversos segmentos do setor, atuando em regime de cooperação com órgãos públicos, entidades e associações representativas da atividade turística;



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

IV. fomentar a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e demais entidades atuantes na área turística:

V. incentivar a regionalização do turismo; e,

VI. articular-se e integrar-se aos Sistemas Estadual e Nacional de Turismo.

CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 11 São considerados instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Turismo:

I. **Plano Municipal de Turismo – PMT:** documento técnico que contempla o diagnóstico turístico do município, por meio do qual o Poder Público qualifica o potencial turístico local, inventariando os principais atrativos, bens e serviços relacionados, avaliando seu estado de conservação e capacidade de receber visitantes. O plano estabelece diretrizes, ações e estratégias para o desenvolvimento do turismo municipal em horizonte temporal de quatro anos;

II. **Zoneamento Turístico:** instrumento técnico que identifica, avalia e mapeia as potencialidades do território urbano e rural do município, com a finalidade de estabelecer medidas para minimizar os impactos da atividade turística, observando o princípio da proteção dos patrimônios naturais e culturais;

III. Plano Municipal de Marketing Turístico: documento técnico que apresenta o estudo de mercado do turismo local, avaliando a demanda real e potencial, identificando diferenciais competitivos do município, definindo estratégias de posicionamento e promoção, bem como os recursos necessários para a implementação dessas ações.

CAPÍTULO V DO POSICIONAMENTO TURÍSTICO DE MERCADO

Art. 12 O posicionamento turístico do Município de Passabém será fundamentado no Plano Municipal de Marketing Turístico, o qual deverá ser avaliado e validado em Assembleia convocada pela Secretaria Municipal de Cultura, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

TÍTULO III PLANO MUNICIPAL DE TURISMO – PMT

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 13 O Plano Municipal de Turismo – PMT constitui instrumento de planejamento

fuluu



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

estratégico destinado a organizar e orientar a execução da Política Municipal de Turismo, no âmbito do Sistema Municipal de Turismo – SIMTUR.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Turismo deverá conter, no mínimo:

I. diagnóstico;

II. prognóstico;

III. programas, ações e projetos; e

IV. avaliação.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E DIRECIONAMENTOS

Art. 14 O Plano Municipal de Turismo será elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, com a participação dos representantes do Conselho Municipal de Turismo e da Instância de Governança Regional de Turismo à qual o município é associado, observando os seguintes parâmetros para orientação na sua elaboração:

I. captação e ampliação do tempo de permanência dos visitantes no município;

II. atração e promoção de investimentos e novos empreendimentos no setor turístico;

III. criação, diversificação e qualificação de produtos turísticos;

IV. incentivo ao turismo sustentável;

V. definição de estratégias para promoção e comercialização dos produtos turísticos;

VI. fomento ao turismo local e regional pautado nas características culturais e identitárias;

VII. disseminação de informações à população sobre a importância econômica e social do turismo;

VIII. levantamento, sistematização e atualização contínua de informações turísticas;

IX. orientação e apoio técnico ao setor privado para o planejamento e execução de atividades com potencial para o desenvolvimento turístico;

X. planejamento, gestão e monitoramento técnico da atividade turística municipal; e,

XI. promoção de eventos culturais, esportivos, turísticos e outros que induzam o fluxo de visitantes.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Turismo terá suas metas e programas revisados a cada quatro anos, podendo ser objeto de revisão extraordinária sempre que comprovado interesse público justificado.

TÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

CAPÍTULO I

flilliu



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 15 O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é órgão consultivo, normativo, deliberativo e de assessoramento, com composição paritária entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO COMTUR

Art. 16 Compete ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR:

I. apoiar e consolidar o Calendário Turístico do município;

II. assessorar a Secretaria Municipal de Cultura no planejamento e na execução de ações, planos, programas e projetos turísticos, deliberando sobre sua relevância para definição de prioridades;

III. deliberar sobre questões relacionadas ao turismo, respeitadas as competências dos Poderes Executivo e Legislativo;

IV. elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

V. estimular e apoiar atividades culturais e turísticas no município;

VI. examinar, julgar, emitir pareceres e aprovar as contas referentes às atividades promovidas;

VII. fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

VIII. incentivar e promover o turismo no município;

IX. participar da elaboração, aprovação e acompanhamento do Plano Municipal de Turismo e do Plano de Marketing Turístico;

X. propor ações que visem ao desenvolvimento do turismo e ao incremento do fluxo de turistas no município;

XI. propor normas e recomendações que contribuam para a adequação da legislação turística à defesa do consumidor e ao ordenamento jurídico da atividade turística; e,

XII. representar-se por seu presidente ou por pessoa por este designada em reuniões, eventos e demais ocasiões em que for convidado.

CAPÍTULO III DO VÍNCULO E REPRESENTANTES

Art. 17 O COMTUR está diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, órgão gestor da política de turismo no município, e será composto por representantes titulares e seus suplentes, de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil ligadas ao turismo.

I. Segmentos do Poder Público Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

Mullur



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e,

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras.

II. Segmentos da Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante de manifestação cultural;
- b) 01 (um) representante da gastronomia; e,
- c) 01 (um) representante de fazedores de cultura
- §1º Todos os conselheiros titulares do COMTUR terão suplentes pertencentes ao mesmo órgão público ou à mesma entidade da sociedade civil, os quais os substituirão em caso de ausência ou impedimento.
- **§2º** Os representantes titulares e suplentes dos órgãos públicos serão indicados pela Secretaria Municipal de Cultura, e os representantes titulares e suplentes das entidades civis serão indicados por seus segmentos de representação ou pelo próprio COMTUR.
- §3º Os representantes do Poder Público somente serão conselheiros enquanto permanecerem no cargo público.
- §4º O mandato dos membros do Conselho terá duração de 02 (dois) anos, admitida 01 recondução.
- Art. 18 Os membros do COMTUR serão nomeados através de Portaria do Poder Executivo.
- **Art. 19** A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo dará suporte material e pessoal para o funcionamento do Conselho.
- **Art. 20** A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo COMTUR será composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.
- **Art. 21** O mandato dos membros do Conselho titulares e suplentes não será remunerado, sendo considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.
- **Art. 22** No prazo máximo de 30 (trinta) dias, antecedendo o término de cada mandato de conselheiro representante da sociedade civil, o Presidente do COMTUR requisitará às entidades nova indicação dos seus representantes titulares e suplentes.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS E DAS REUNIÕES DO CONSELHO

- **Art. 23** O Conselho Municipal de Turismo COMTUR reunir-se-á trimestralmente e extraordinariamente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- §1º As reuniões são convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.
- §2º As reuniões serão conduzidas pelo Presidente e na ausência pelo Vice-Presidente.
- §3º As decisões do Conselho serão tomadas pelos presentes na reunião, com quórum mínimo de 50% (cinquenta) por cento, na primeira convocação dos membros do COMTUR e, segunda convocação 15 (quinze) minutos depois, após não havendo

flulur



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

quórum, será decidido por maioria simples.

CAPÍTULO V DO REGIMENTO INTERNO

Art. 24 A organização e competências do COMTUR será definido no Regimento Interno, elaborado e deliberado pelos conselheiros no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de publicação desta Lei.

TÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 25 O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, de natureza contábil, com autonomia administrativa e financeira, constitui instrumento destinado à captação, gestão e aplicação de recursos para financiamento, apoio ou participação em planos, projetos, eventos, ações e empreendimento vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, desde que relacionados ao interesse turístico municipal, sendo administrado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os planos, projetos, eventos, ações e empreendimento mencionados no caput deverão estar alinhados aos objetivos das Políticas Públicas de Turismo e observar as diretrizes, metas e preceitos estabelecidos no Plano Municipal de Turismo, conforme previsto nesta Lei.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 26 Compete à Secretaria Municipal de Cultura e ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR:

I. acompanhar, avaliar e deliberar sobre as ações previstas no Plano Municipal de Turismo cuja execução será financiada com recursos do Fundo;

II. celebrar, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, quando necessário ou exigido, convênios, contratos e demais instrumentos relacionados aos recursos administrados pelo Fundo;

III. gerir o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

IV. movimentar as contas do Fundo em conjunto com os setores contábil e financeiro, em conformidade com esta Lei;

V. ordenar os empenhos e autorizar os pagamentos relativos ao

Millin

G,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

orçamento do Fundo;

VI. elaborar e encaminhar relatórios de acompanhamento das ações da Política Municipal de Turismo financiadas pelo Fundo para apreciação do COMTUR;

VII. submeter aos membros do COMTUR e ao Chefe do Poder Executivo os planos de aplicação dos recursos do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Turismo e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e,

VIII. apresentar aos conselheiros e ao Chefe do Poder Executivo as demonstrações contábeis e financeiras do Fundo.

CAPÍTULO III DAS RECEITAS

Art. 27 O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR será constituído por receitas provenientes de:

- I. transferências, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, órgãos federais, estaduais e municipais, bem como recursos oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo município, destinados à implantação de projetos e ações que atendam às diretrizes do Plano Municipal de Turismo PMT;
- II. recursos orçamentários transferidos pelo Município, inclusive créditos especiais, suplementares ou transferências voluntárias;
- III. créditos especiais, repasses, devoluções, saldos de exercícios anteriores, reembolsos e convênios;
- IV. rendimentos e juros provenientes da aplicação financeira dos recursos do Fundo;
- V. doações efetuadas diretamente ao Fundo;
- VI. transferência integral dos recursos do ICMS Turístico para a conta do FUMTUR;
- VII receitas provenientes da cobrança de ingressos e da realização de eventos privados de cunho turístico, cultural, esportivo, social, artístico, científico e de negócios realizados no município;
- VIII. doações ou patrocínios destinados à promoção de eventos turísticos ou à formação de infraestrutura em locais com potencial turístico;
- IX. receitas provenientes da cessão de espaços públicos municipais para a realização de eventos turísticos, culturais e de



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

negócios, observadas as disposições legais pertinentes;

X – taxas e preços públicos relacionados ao setor turístico que venham a ser instituídos; e,

XI – outras rendas eventuais.

Art. 28 Os recursos captados serão depositados em conta especial, aberta e mantida por instituição financeira oficial, sob a denominação de Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

Parágrafo único. A movimentação dos recursos do FUMTUR será realizada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, em conjunto com o Secretário Municipal de Cultura.

Art. 29 A liberação e movimentação dos recursos do FUMTUR dependerão de aprovação em Assembleia pelos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, conforme disposto em seu Regimento Interno.

Art. 30 As receitas do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR deverão ser processadas em conformidade com a legislação vigente, sendo aplicadas exclusivamente em programas e projetos destinados ao desenvolvimento do turismo, a serem executados pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

CAPÍTULO IV DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 31 Os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR serão aplicados em:

I. pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público ou privado para a execução de programas e projetos específicos do setor turístico;

II. pagamento por serviços prestados a pessoas jurídicas ou físicas relacionados à execução de programas e projetos turísticos;

III. aquisição de material permanente, de consumo e demais insumos necessários ao desenvolvimento dos programas vinculados ao turismo;

IV. financiamento total ou parcial de programas turísticos mediante convênios;

V. desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do turismo;

VI. construção, reforma, ampliação, locação ou aquisição de imóveis para adequação de espaços físicos necessários aos programas de desenvolvimento turístico, tanto na zona urbana

Mulliu

P. Commercial Commerci

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

quanto rural;

VII. melhoria da infraestrutura turística;

VIII. promoção, participação e apoio a eventos turísticos que atendam às demandas do município;

IX. divulgação dos atrativos, produtos e eventos turísticos do Município por meio de veículos de comunicação locais, regionais, nacionais e internacionais;

X. desenvolvimento e implementação de programas e projetos turísticos municipais;

XI. premiações relacionadas a eventos turísticos, culturais, artísticos e esportivos, incluindo pagamentos a pessoas físicas;

XII. contratação de serviços de consultoria vinculados a ações de desenvolvimento turístico;

XIII. produção e distribuição de material gráfico para divulgação dos atrativos turísticos, como folders, postais, revistas, jornais e similares;

XIV. despesas com viagens relacionadas a eventos turísticos, capacitações, visitas técnicas e promoção do turismo;

XV. custeio de materiais de consumo e serviços para realização de eventos comunitários com relevância turística, cultural e social, desde que deliberados pelo COMTUR; e;

XVI. demais programas ou atividades integrantes da Política Municipal de Turismo.

§1º Quando disponíveis, os recursos do FUMTUR poderão ser aplicados no mercado financeiro, nos termos da legislação vigente, visando o incremento das receitas do Fundo, cujo resultado reverterá integralmente ao mesmo.

§2º A dotação orçamentária destinada ao órgão executor responsável pelo turismo será transferida para a conta do FUMTUR tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes, em conformidade com a legislação vigente.

§3º Os recursos provenientes do ICMS Turismo deverão ser transferidos para a conta do FUMTUR tão logo sejam depositados na conta geral da Prefeitura Municipal.

§4º Os saldos remanescentes do exercício financeiro anterior do FUMTUR serão automaticamente transferidos para o exercício subsequente, permanecendo à disposição do Fundo.

§5º A aplicação dos recursos do FUMTUR observará rigorosamente as exigências legais relativas a licitações, legislação fiscal, previdenciária e trabalhista.

CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E COMPETÊNCIAS

Art. 32 Os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR serão aplicados em:

pagamento pela prestação de serviços a entidades

idades



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

conveniadas de direito público ou privado para a execução de programas e projetos específicos do setor turístico;

- pagamento por serviços prestados a pessoas jurídicas ou físicas relacionados à execução de programas e projetos turísticos;
- aquisição de material permanente, de consumo e demais insumos necessários ao desenvolvimento dos programas vinculados ao turismo;
- financiamento total ou parcial de programas turísticos mediante convênios;
- V. desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do turismo;
- VI. construção, reforma, ampliação, locação ou aquisição de imóveis para adequação de espaços físicos necessários aos programas de desenvolvimento turístico, tanto na zona urbana quanto rural; VII. melhoria da infraestrutura turística:
 - VII. promoção, participação e apoio a eventos turísticos que atendam às demandas do município;
 - VIII. divulgação dos atrativos, produtos e eventos turísticos do município por meio de veículos de comunicação locais, regionais, nacionais e internacionais;
 - IX. desenvolvimento e implementação de programas e projetos turísticos municipais;
 - X. premiações relacionadas a eventos turísticos, culturais, artísticos e esportivos, incluindo pagamentos a pessoas físicas;
 - XI. contratação de serviços de consultoria vinculados a ações de desenvolvimento turístico;

§1º Quando disponíveis, os recursos do FUMTUR poderão ser aplicados no mercado financeiro, nos termos da legislação vigente, visando o incremento das receitas do Fundo, cujo resultado reverterá integralmente ao mesmo.

§2º A dotação orçamentária destinada ao órgão executor responsável pelo turismo será



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

transferida para a conta do FUMTUR tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes, em conformidade com a legislação vigente.

- §3º Os recursos provenientes do ICMS Turismo deverão ser transferidos para a conta do FUMTUR tão logo sejam depositados na conta geral da Prefeitura Municipal.
- §4º Os saldos remanescentes do exercício financeiro anterior do FUMTUR serão automaticamente transferidos para o exercício subsequente, permanecendo à disposição do Fundo.
- §5º A aplicação dos recursos do FUMTUR observará rigorosamente as exigências legais relativas a licitações, legislação fiscal, previdenciária e trabalhista.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVICOS TURÍSTICOS

- Art. 33 Consideram-se prestadores de serviços turísticos as empresas e profissionais que atuam no setor turístico, exercendo atividades relacionadas à cadeia produtiva do turismo.
- Art. 34 São obrigados a se cadastrar no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos CADASTUR, mantido pelo Ministério do Turismo, os meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, guias de turismo e acampamentos turísticos, nos termos e condições estabelecidos pela Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, sua regulamentação e eventuais normas que a substituam.
- §1º O cadastro no CADASTUR é gratuito e permite ao prestador atuar legalmente por meio da emissão do Certificado CADASTUR, além de possibilitar o acesso a benefícios previstos aos cadastrados.
- §2º A inscrição no CADASTUR é facultativa para os demais serviços turísticos não especificados no caput deste artigo.
- **Art. 35** São deveres dos prestadores de serviços turísticos fornecer, na forma, prazo e condições estabelecidos, informações e documentos relativos ao exercício de suas atividades, incluindo dados sobre seus empreendimentos, equipamentos, serviços oferecidos, perfil de atuação, qualidade e padrões adotados.

CAPÍTULO II da fiscalização

Art. 36 A Secretaria Municipal de Cultura, no âmbito de sua competência, será responsável pela fiscalização do cumprimento da Política Municipal de Turismo por



CEP 35810-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

parte de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de prestação de serviços turísticos, estejam ou não cadastradas.

CAPÍTULO III DA Adesão

Art. 37 O município de Passabém deverá integrar-se à Instância de Governança Regional de Turismo mais próxima de sua sede, mediante a assinatura da Carta de Intenção e do Termo de Associação, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo promovido pelo Governo Federal e pelo Estado de Minas Gerais.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passabém, 10 de outubro de 2025.

Luciano de Sá Madureira Prefeito Municipal